

Tentativa de enquadramento histórico dos contextos de abandono da Marinha Baixa/Torre (Cacia; Aveiro) - séc. V-VI

“As Hispânicas foram invadidas, sofreram mortandades e devastações” Paulo Orósio, Hist. Apol., 7.41.2.

“Os Bárbaros, que tinham entrado na Península Hispânica, implacáveis, chacinam as populações e fazem depredações”

Idácio de Chaves, Chron., 46.

“Abandonment conjures up images of catastrophe, mass migration, and environmental crisis. Archaeologists are not immune to the “disaster movie” mind set” Catherine M. Cameron (1993).

ALEXANDRE SARRAZOLA ARQUEÓLOGO*

1. Introdução

O intervalo de tempo correspondente ao século V no Ocidente peninsular tem sido, ao longo da história da arqueologia portuguesa, associado não raras vezes a situações de *abandono* decorrentes da introdução e permanência, no actual território português, de populações exógenas. Não obstante, a noção simplista de uma situação generalizada de ruptura com o passado, durante aquele período, tem vindo a ser reiteradamente rejeitada na última década (Fabião, 1992; Maciel, 1996; Jorge, 2002).

Não será difícil de compreender o quão delicado se torna abordar a problemática do abandono – perspectivado enquanto processo – associado a uma zona específica do Oeste peninsular – o Baixo Vouga – durante o intervalo de tempo mencionado (temática fragilizada pela escassez de dados disponíveis no registo arqueológico publicado a propósito desta região). Tentaremos, contudo, a partir dos resultados decorrentes das intervenções realizadas pela nossa equipa, em Cacia (Marinha Baixa) (Sarrazola, Mendes da Silva, Borges Coelho, Melro, 2001),

*Era-Arqueologia, S.A.. Cç de Santa Catarina, n.º 9C, 1495-705 Cruz Quebrada.

tecer algumas considerações a propósito dos contextos de abandono ali identificados.

Assumindo, na esteira de Cameron (1993: 3), que o abandono – reconhecido como processo-chave na formação do registo arqueológico – pode ocorrer ao nível da *área de actividade/ estrutura*, do *sítio* ou da *região*, abordaremos a questão, perspectivando a *Marinha Baixa* (espaço sobre o qual incidiu a nossa intervenção arqueológica) como uma *área de actividade* do *sítio* da Torre, na *região* do Baixo Vouga (salvaguardando que, face à ausência de informações de carácter estratigráfico provenientes do *sítio* da Torre, mais não poderemos do que estabelecer conjecturas e enunciar hipóteses de trabalho).

2. Os dados disponíveis para a *Marinha Baixa/ Torre* (breve síntese)

Localizado no concelho de Aveiro, na margem esquerda do Vouga, o *sítio* da Torre tem sido invariavelmente associado a funções portuárias e a uma localização costeira/ estuarina. Tal facto remete-nos para questões de carácter geomorfológico cujo esclarecimento – no que concerne às suas implicações histórico-arqueológicas – exige uma abordagem interdisciplinar ao conhecimento da evolução da paisagem litoral (neste caso, da região do Baixo Vouga), justificando o contributo de investigadores da área das ciências paleoambientais proposto no âmbito de um projecto do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, do qual o signatário é um dos responsáveis¹.

No panorama da bibliografia arqueológica portuguesa, o Povoado da Torre é mencionado, desde o século XVI, por autores como Gaspar Barreiros e Duarte Nunes de Leão, que associavam este espaço à localização da antiga cidade de *Talábriga*. Posteriormente, a *Estação Arqueológica de Cacia* vem a ser várias vezes referenciada, a propósito de

O intervalo de tempo correspondente ao século V no Ocidente peninsular tem sido, ao longo da história da arqueologia portuguesa, associado não raras vezes a situações de abandono decorrentes da introdução e permanência, no actual território português, de populações exógenas

questões de índole regionalista, no âmbito da problemática da *situação conjectural de Talábriga* – hipótese sistematicamente rejeitada a partir do início do século XX.

Frequentemente interpretado como povoado pré-romano (posteriormente romanizado), o *sítio* nunca foi objecto de uma efectiva e sistemática acção de investigação. De facto, no estado actual dos nossos conhecimentos, é possível confirmar a presença de uma ocupação do espaço em época tardo-romana, desconhecendo-se, para além dos limites temporais compreendidos entre os séc. IV-VI, a dimensão e os ritmos de continuidade e/ou descontinuidade do intervalo de tempo da diacronia de ocupação do Povoado da Torre (Sarrazola, Mendes da Silva, Borges Coelho, Melro, 2001).

A *Marinha Baixa* é interpretada como lugar periférico associado ao *sítio* arqueológico da Torre. Em função dos dados disponíveis, é possível traçar uma diacronia de ocupação do *sítio* definida em duas fases de cronologia tardo-romana, caracterizadas por um tipo de utilização do espaço *especializada* e de carácter *plurifuncional*, e uma terceira fase de cronologia indeterminada. Relativamente às duas primeiras fases, datadas do século IV à primeira metade do século VI d.C., correspondem, com toda a probabilidade, a uma ocupação continuada da *Marinha Baixa* enquanto *área industrial* localizada na periferia do *sítio* da Torre. A terceira fase corresponde a um momento de submersão do espaço da *Marinha Baixa*, ao qual não foi possível mais do que atribuir uma datação *lata post quem* a partir do séc. VI d.C.

3. Abandono da *área de actividade da Marinha Baixa*

Fazendo incidir o nosso enfoque à escala *intra-sítio*, e importando a ideia de que *o abandono de estruturas ou áreas de actividade é um processo constante em muitos sítios*, constituindo acções como a *limpeza* e a *reutilização* dois dos mais importantes processos legíveis no registo arqueológico (Cameron, 1993: 5), constatamos que o tipo de estruturas existentes na *Marinha Baixa* reflecte, de forma inequívoca, um processo continuado de gestão do espaço: *i. e.*, fornos que são recorrente e sistematicamente destruídos e reconstruídos, assim como estruturas arquitectónicas tornadas inoperacionais e reconstruídas num *curto* intervalo de tempo, segundo os mesmos moldes arquitectónicos e com recurso às mesmas técnicas tradicionais (Sarrazola, Mendes da Silva, Borges Coelho, Melro, 2001). Tal constatação entronca na noção de que, não obstante possam ocorrer, em *sítios* abandonados, processos como *reutilização* e *limpeza*,

encontram-se *especialmente pronunciados em sítios habitados onde áreas de actividades ocupadas e abandonadas se encontram em estreita proximidade* (Cameron, 1993: 5).

Para um melhor esclarecimento destes aspectos – no que ao nosso objecto diz respeito – atentemos diacronicamente em cada uma das fases de ocupação/ abandono da *Marinha Baixa* assim como nas respectivas especificidades:

- A primeira fase corresponde ao momento de construção/ utilização de dois recintos delimitados por muros pétreos sobrepostos por construções

¹ O Projecto Povoado da Torre (Cacia), da responsabilidade do signatário e de Inês Mendes da Silva, tem como objectivo fundamental avaliar o potencial arqueológico do Povoado da Torre (Cacia) – perspectivado no contexto da rede de povoamento da região do Baixo Vouga, no âmbito da ocupação romana do actual território português – dando sequência a uma série de trabalhos arqueológicos que têm vindo a ser realizados em Cacia, desde Janeiro de 1999. A este objectivo basilar subjaz um programa de intenções que podemos sintetizar da seguinte forma: a) caracterização arqueológica do Povoado da Torre e respectivas implicações contextuais; b) abordagem interdisciplinar ao conhecimento da evolução da paisagem litoral na zona do Baixo Vouga; c) valorização do património/ conhecimento arqueológico junto das populações locais.

² Fotografia aérea em cnig.geocid.pt



1 Outeiro da Torre (ao centro) e 2 *Marinha Baixa* (canto inferior direito)²

Em suma, propõe-se – como hipótese de trabalho – a eventualidade da ocorrência do processo de transformação (entre as Fases I e II) e abandono (entre as Fases II e III) da área de actividade que constitui a Marinha Baixa, enquanto fenómeno progressivo, decorrente de uma igualmente progressiva inoperacionalidade do espaço, provocada pela subida do nível médio do caudal do Vouga.

de terra amassada, circunscrevendo a área de funcionamento de um forno cujos componentes argilosos e materiais cerâmicos associados foram objecto de análises arqueométricas. Os resultados destas análises conduziram à rejeição de uma hipótese interpretativa que associava o forno à produção de cerâmica³. Análises elaboradas sobre amostras recolhidas numa outra estrutura de combustão, localizada em espaço contíguo, produziram resultados similares (note-se porém, que para além destes dois fornos – objecto de intervenções arqueológicas – temos conhecimento da existência, na Marinha Baixa, de outras cinco estruturas similares).

- Na segunda fase de ocupação, integrámos as evidências estruturais associadas a uma profunda reorganização dos espaços funcionais. Neste impulso de transformação organizacional, inserimos a implantação de um pavimento de terra batida (que sela os níveis de abandono de um dos fornos da fase anterior), a edificação e reconstrução de estruturas arquitectónicas e de uma plataforma de tipo empedrado, assim como a abertura de um série de estruturas negativas. Aparentemente, estamos perante um sistema de estruturas inter-relacionáveis, associadas a uma linha de água que o delimitaria a Ocidente (embora tenhamos conhecimento de complexos estruturais de decantação/depuração de pastas em contextos de produção cerâmica – susceptíveis do estabelecimento de paralelos com a realidade que descrevemos (SWAN, 1984: 44) – mantemos em aberto as questões relativas ao seu significado funcional).
- A Fase III corresponde a um momento de submersão do espaço da Marinha Baixa, caracterização documentada pelo nivelamento (por acção hidráulica) dos derrubes das construções de terra da fase anterior e pela presença de um vasto conjunto de *buracos de poste* associáveis a eventuais *estruturas aéreas*. Do ponto de vista cronológico, não foi

possível mais do que a atribuição de uma datação *lata post quem*, a partir do séc. VI d.C.

A cultura material concernente às duas primeiras fases de ocupação (cerâmica comum, vidros e *terra sigillata* clara D) é susceptível de datações relativas a um intervalo de tempo compreendido entre o século IV e a primeira metade do século VI. Durante este período, terão ocorrido as duas fases iniciais de ocupação, não se verificando, porém, cambiantes significativas no que diz respeito ao conteúdo material de cada uma destas etapas. Os critérios subjacentes a este faseamento decorrem, por este motivo, mais da constatação de efectivas transformações na organização espacial do que propriamente de alterações da cultura material susceptível do estabelecimento de datações relativas.

Note-se que, entre os aspectos relacionados com a abordagem ao *litoral na época romana*⁴, um tema, em particular – a evolução da linha de costa – é susceptível de contribuir para a compreensão do enquadramento paisagístico da Torre, assim como para o esclarecimento das profundas alterações documentadas na Marinha Baixa entre as Fases II e III. A respeito desta temática, afirma Vasco Mantas: “as alterações geomorfológicas que se verificaram na costa lusitana desde o século I fizeram-se sentir de forma mais evidente em determinados sectores do litoral, englobando numerosas

situações de colmatagem de reentrâncias, progressão de cabedelos, alteração de lagunas, assoreamento da parte vestibular de rios e ligação à terra firme de ilhotas” (Mantas, 1990: 145). “Estas transformações são particularmente importantes na zona da chamada Ria de Aveiro, onde os cordões litorais e os esteios se avolumaram e multiplicaram enquanto a foz do Vouga se deslocou de forma significativa para jusante da embocadura antiga” (Mantas, 1990: 154). O autor adianta que “parece evidente ter-se verificado um processo geral de transgressão marítima sobre o *habitat* costeiro da época romana (...). O carácter geral do fenómeno leva-nos a admitir uma subida do nível médio das águas do mar não superior a 1,5 m em relação ao nível do Alto Império”, atribuindo a este facto “a Norte do Tejo, a destruição da arriba e o conseqüente desaparecimento de uma capela provável sucessora de uma *villa* romana, na Praia de Santa Cruz”. Acrescenta que “a Sul do Tejo as conseqüências da modificação do nível do mar são mais evidentes e abundantes. Para a zona do estuário do Sado dispomos de algumas informações do maior interesse obtidas durante as escavações arqueológicas, em Tróia e em Setúbal, das quais parece possível deduzir que a transgressão marítima teve um pico no século V, descendo em seguida até se fixar no nível actual”, mencionando ainda uma série de sítios romanos algarvios que sofreram destruição no séc. V (Mantas, 1990: 154-156).

Em função dos dados disponíveis, uma hipótese de trabalho, a testar, orientar-nos-ia no sentido de interpretar a reestruturação do espaço ocorrida na Marinha Baixa, entre as Fases I e II (e a conseqüente inoperacionalidade das estruturas de combustão integradas naquele primeiro momento), como decorrente de eventuais inundações provocadas por uma possível transgressão datável genericamente do século V, associando a submersão daquele espaço, na terceira fase, a um eventual fenómeno de elevação do nível marinho ocorrido

durante o *Pequeno Ótimo Climático* (séc.^s XI-XV) – como parece sugerir a leitura das informações de Alveirinho Dias, A. Rodrigues e F. Magalhães (1997). Supomos que a tentativa de esclarecimento destas hipóteses de trabalho torna incontornável a necessidade do contributo interdisciplinar de estudos paleoambientais (que de forma alguma se esgota neste tópico de carácter ilustrativo).

Em suma, propõe-se – como hipótese de trabalho – a eventualidade da ocorrência do processo de transformação (entre as Fases I e II) e *abandono* (entre as Fases II e III) da *área de actividade* que constitui a Marinha Baixa, enquanto fenómeno progressivo, decorrente de uma igualmente progressiva inoperacionalidade do espaço, provocada pela subida do nível médio do caudal do Vouga. Tal consideração remete-nos para a constatação de que “o impacte mais directo da elevação do nível médio do mar é a inundação de planícies ribeirinhas, zonas relativamente planas onde uma pequena alteração da cota absoluta do mar pode produzir a submersão de grandes zonas húmidas (ou mesmo território emerso) (...)” (Alveirinho Dias, A. Rodrigues e F. Magalhães, 1997: 66), como parece ter sucedido na Marinha Baixa, durante a Antiguidade Tardia. Não consideramos, pois, que tal situação hipotética implique necessariamente – para a época tardo-romana – um fenómeno de efectivo abandono do povoado da Torre.

³ A este respeito, cf. DIAS, Maria Isabel, Análise mineralógica de materiais cerâmicos e argilosos por difracção de raios x. Avaliação de temperaturas de cozedura, ITN, em Anexo a SARRAZOLA, MENDES DA SILVA, MELRO (2001).

⁴ A este respeito, cf. GIRÃO (1922), Bacia do Vouga. Estudo Geográfico; MANTAS (1990), “As cidades marítimas da Lusitânia”, Les villes de Lusitanie Romaine, pp. 154-156.; ALVEIRINHO DIAS, J., RODRIGUES, A., MAGALHÃES, F. (1997), “Evolução da linha de costa, em Portugal, desde o último Máximo Glaciário até à actualidade: síntese dos conhecimentos”, Estudos do Quaternário, 1, Lisboa, APEQ, pp. 53-66. FREITAS, ANDRADE (1998), “Evolução do litoral português nos últimos 5000 anos”, Al-madan, II.^o s., 7, pp. 64-70; ARAÚJO (2000) “A evolução do litoral em tempos históricos: a contribuição da Geografia Física”, O litoral em perspectiva histórica (séc. XVI-XVIII), FLUP, 6-7 Nov. 2000.

4. A Torre: algumas considerações conjecturais a propósito do seu abandono

4.1. Breve enquadramento

No que concerne aos indícios relativos ao povoamento da região do Baixo Vouga, e por ordem de proximidade geográfica ao Povoado da Torre, assumem particular importância o Eixo (Aveiro), o Cabeço do Vouga (Águeda) e, eventualmente, o Cristelo da Branca (Albergaria-a-Velha). Relativamente às vias de comunicação, assumem uma importância fundamental a via *Olisipo-Bracara Augusta*, dada a proximidade do seu traçado a Cabeço do Vouga e, por sua vez, a ligação fluvial entre este povoado e Cacia, através do Vouga. A respeito da via *ad Bracara*, diz-nos Jorge Alarcão: “O percurso entre *Aeminium* e *Cale* não está ainda inteiramente esclarecido. A sua definição liga-se ao problema da localização de *Talábriga*, abordado por vários autores, designadamente Félix Alves Pereira, sem conclusão definitiva. A situação de *Talábriga*, nas imediações do Rio Vouga (*Vacua*, na Antiguidade) parece a mais provável. Talvez o Cabeço do Vouga corresponda a essa cidade; de qualquer forma, a passagem do rio far-se-ia neste ponto” (Alarcão, 1988b: 91).

A respeito da suposta navegabilidade do Vouga, escreve Mário Saa: “é navegável em maior extensão [do que o Cértima e o Águeda] até ao local das Marridas, junto do Pessegueiro, onde o rio é transposto pela estrada actual [em 1960] de Albergaria-a-Velha a Viseu” (Saa, 1960: 129). Vasco Mantas confirma a existência de referências seguras no que respeita à navegabilidade do Vouga (1990: 154), corroborando a afirmação – de 1930 – de Alberto Souto relativamente à Torre: “sobre o estuário do Vouga, por onde então as marés subiam sem os embaraços que hoje lhe opõem a cerrada duna costeira e o dédalo das ilhotas da ria e das colmatagens dos

Não dispondo de evidências materiais de carácter arqueológico com proveniências estratigráficas, resta-nos, a propósito do povoado da Torre, conjecturalmente, e tendo em conta o cruzamento com os dados decorrentes das nossas intervenções na Marinha Baixa, considerar pertinente a possibilidade daquele espaço permanecer habitado no decurso dos séculos V e VI, desempenhando funções activas associáveis a uma eventual função portuária decorrente da sua localização costeira/ estuarina.

fundos e por onde barcos de tonelagem considerável entravam sem dificuldade” (Souto, 1930: 17). Note-se que, tendo em conta dados publicados por Vasco Mantas (1990), Alveirinho Dias *et al.* (1997), Conceição Freitas *et al.* (1998) e Maria Assunção Araújo (2000), a probabilidade da localização de Cacia numa posição costeira ou estuarina, durante a época romana e alto-medieval, parece adquirir cada vez mais consistência.

Segundo Vasco Mantas, a Sul do Porto (*Cale*) e de Gaia (*Cerro Oppido*), “o primeiro local identificável com uma povoação de certa importância, junto à costa, é Cacia, na margem esquerda do curso terminal do Vouga. Esta estação pertencia ao território de *Talábriga* e corresponde provavelmente ao porto de embarque dos minérios provenientes da exploração das minas de cobre e de ferro da zona de Albergaria-a-Velha e de Sever do Vouga” (Mantas, 1990: 158).

Em dissertação de mestrado apresentada a propósito da *Proto História e Romanização no Entre Douro e Vouga*, António Manuel da Silva (1994) fornece-nos importantes esclarecimentos, a propósito da caracterização e enquadramento cronológico dos materiais recolhidos por Alberto Souto na Torre: “(...) uma lucerna perolada, datável do séc. III, e *sigillatas* tardias foceianas e norte-africanas (...)”,

assumindo “ (...) que a ocupação do sítio arqueológico só se confirma, para já, num momento avançado do período romano (sécs. III/IV a V?)”, aventando, porém, a possibilidade de uma ocupação anterior (Silva, 1994: 46).

4.2. Rupturas e/ou permanências?

Como perspectivar, então, a problemática do *abandono* nas suas associações a um enquadramento histórico do Povoado da Torre?

É sabido que os *castros* da região do Entre Douro e Vouga Litoral foram “profundamente romanizados”, tendo “precisamente o seu momento de maior expansão e relevância em época tardia do Império” (Silva, 1993: 430). Dentre um total de vinte e três sítios inventariados, relativos a achados numismáticos – para mencionada região – António Manuel da Silva informa-nos de que a maioria (mais de 90%) corresponde a exemplares dos séculos III e IV (Silva, 1993-97: 212), referenciando a presença de nove tesouros monetários, a maior parte dos quais datado do século IV⁵ – os casos de Arouca, Castelo de Paiva, Fiães e Ossela (Silva, 1993-97: 209). Haverá agora a acrescentar o achado recente do *Tesouro do Reguengo*, detectado na zona de Arouca, no decurso de uma obra do ICOR, composto por “mais de três mil moedas de cobre integráveis entre os séculos IV e V d.C.”. (Pinto, 2002).

Sendo natural a associação destas situações de entesouramento ao “clima de insegurança que se fazia sentir na Península desde a chegada dos bárbaros em 409”, como, por exemplo, admitia Centeno, a propósito de Fiães (Centeno, 1976: 174, *apud* Silva, 1993-97: 210), será de considerar que acções de ocultação desta natureza são susceptíveis de integrar processos pontuais de *abandono*, efectuados, contudo, com *perspectivas de retorno e recuperação*. Tal consideração remete-nos para a

necessidade, expressa no início deste texto, de relativizar as perturbações provocadas pela presença de contingentes militares suevos, no actual território português, enquanto potenciadoras de situações de ruptura e efectivo abandono prolongado de núcleos populacionais. De facto, vários autores têm questionado o próprio conceito de *invasão* – a entrada e instalação de suevos, vândalos e alanos terá decorrido de um *pacto* efectuado na sequência da guerra civil, em que, numa primeira instância, eram oponentes as facções de Constantino III/Constante / Gerónimo e de Honório (Fabião, 1992: 293), assim como tem vindo a ser relativizada, do ponto de vista demográfico, a importância destas populações exógenas (30 000 pessoas na melhor das hipóteses) (Costa Pereira, 1988 :223), as quais, num primeiro momento, integrariam *tropas de choque no contexto de contendias entre organizações mistas no âmbito de situações de guerra civil*.

Duma perspectiva mais abrangente, do ponto de vista territorial e das redes de circulação de produtos, torna-se fundamental a informação de que “não só não existe uma ruptura nos abastecimentos de procedência hispânica, como, inclusivamente, estes continuam a chegar aos mesmos locais a que anteriormente chegavam, pelo menos até aos meados e finais do século V (Fabião, 1996: 334), assim como “parece inquestionável (...) a permanência dos circuitos de distribuição e de intercâmbio litoral/interior e centros urbanos/ meios rurais, como se verifica em outras zonas peninsulares, designadamente pela difusão das diversas “*sigillatas* tardias (...)” (Fabião, 1996: 338). À questão “até quando se produziram ânforas na Lusitânia?”, Fabião responde que “(...) pelos dados obtidos em escavações nos diferentes lugares da bacia do Mediterrâneo, conjugados com os proporcionados pelas importações da Lusitânia, fica devidamente esclarecida a permanência do extremo ocidente peninsular na rede de intercâmbios mantida nos espaços

controlados pelo Império Romano ao longo dos séculos V e VI” (1996: 338), concluindo que “não houve uma ruptura na produção exportação de alimentos no extremo ocidente peninsular nos inícios do século V”, alertando para a urgência de “que os arqueólogos se libertem de uma visão excessivamente marcada por periodizações estanques, inúteis para uma correcta definição dos parâmetros cronológicos dos fenómenos que estudam” (1996: 339). A propósito, por exemplo, da vinda para o Ocidente de Martinho de Dume e dos estudos no Oriente de João de Biclara e posterior regresso a Santarém, é dito que “poderão ser reequacionados e vistos como o produto natural de um entrecruzar de produtos, gentes e ideias, de que as ânforas ou as cerâmicas finas mais não são do que o vestígio mais visível” (Fabião, 1996: 340). A este propósito, e a título de curiosidade, importa notar a informação de Vilella Masana concernente ao *transporte marítimo de viajantes e correspondência entre a Hispânia e o exterior durante a Antiguidade Tardia*: “a engrenagem comercial é o suporte das viagens marítimas. Se focarmos unicamente a Espanha e se tivermos em conta exclusivamente as viagens explicitamente – segundo a documentação existente – efectuadas por mar, torna-se muito evidente que as deslocações marítimas sem finalidades comerciais tinham lugar através de rotas comerciais (...)” (Vilella Masana, 1990:57). Não obstante a precariedade das fontes disponíveis, Vilella Masana menciona, para além das rotas mediterrânicas, aquela que “unia o Noroeste da Península Ibérica à costa atlântica da Gália, uma rota bem documentada durante o século VI” (1990: 58), afirmando mesmo que “a navegação comercial entre a costa atlântica gaulesa e o reino suevo ou a região cantábrica era igualmente um facto quotidiano cerca dos meados do século VI”, implicando também viagens não comerciais (1990: 59). O autor remete para o facto de serem “os câmbios

comerciais marítimos que tornam possíveis – a maior parte das vezes – as viagens e correspondência de longo curso”, câmbios esses que compreendem “um leque de relações não comerciais muito mais alargado e complexo: relações que implicam aculturação” (1990: 59).

Não dispondo de evidências materiais de carácter arqueológico com proveniências estratigráficas, resta-nos, a propósito do povoado da Torre, conjecturalmente, e tendo em conta o cruzamento com os dados decorrentes das nossas intervenções na Marinha Baixa, considerar pertinente a possibilidade daquele espaço permanecer habitado no decurso dos séculos V e VI, desempenhando funções activas associáveis a uma eventual função portuária decorrente da sua localização costeira/ estuarina. Se é certo, conforme já vimos, que, embora de uma forma genérica para o período romano e com um carácter eventual, Mantas identifica a Torre com funções portuárias associáveis às actividades de mineração de cobre e ferro da zona de Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga (Mantas, V.; 1990: 158), é porém de notar que, para o período em questão, Claude Domergue aponta, para a Península Ibérica, de uma forma geral e a partir do século III, um enfraquecimento da actividade mineira (1990: 219), admitindo, porém, que o total de 21 minas atestadas para o território peninsular – embora signifique uma baixa espectacular relativamente a épocas anteriores – “não constituirão as únicas que terão sido exploradas (...)”, assumindo-se a eventualidade da existência de explorações locais – para consumo local – de cobre, chumbo e ferro, não obstante a ausência de dados arqueológicos (1990: 220). Contudo, também Domergue parece comungar de um certo “*disaster movie mind set*” assumindo que “a invasão de 409 terá arruinado definitivamente o pouco que poderia subsistir [da actividade mineira]” (1990: 511).

4.3. (Re)ocupação ou ocupação contínua (*baralhar e dar de novo?*)

Fará sentido perspectivar a Torre enquanto povoado continuamente ocupado durante o período romano e a antiguidade tardia, desempenhando funções portuárias e um papel activo, no âmbito de um processo *centrífugo* de gestão territorial supostamente ocorrido no Noroeste peninsular, no decurso dos complexos e heterogéneos processos de transformação e mudança (Gutiérrez González, 2001: 19) que aparentemente caracterizam a época em foco?

Embora a propósito de um outro enquadramento geográfico, Gutiérrez González fala-nos de “tendências centrífugas de grupos campesinos desde os latifúndios mesetanhos até aos rebordos montanhosos do Noroeste (...) relacionadas com a desintegração das estruturas políticas e dos sistemas de produção tardo-romanos e em consonância com uma maior tendência para a produção de subsistência que com anteriores práticas agrícolas excedentárias” (2001: 21), alertando, porém, para a complexidade do fenómeno e para a necessidade de evitar explicações simplistas. Será lícito conjecturar, para a Torre, o seu enquadramento, salvaguardando as suas especificidades regionais e intrínsecas, numa tendência centrífuga desta natureza? Pelas evidências materiais provenientes do povoado, sabemos que é muito provável que este se encontrasse ocupado já no século III (Silva, 1994: 46), assim como é de crer numa idêntica continuidade ocupacional para o Cabeço do Vouga (CMA, s.d.), aliás ambos com evidências de ocupação desde o período pré-romano até à alta idade média. Note-se que, a propósito do Norte peninsular, são conhecidos casos de continuidade de ocupação de *castros* sem refortificação, entre os séculos III e V-VI, enquanto que noutros se documenta a erecção de muralhas entre o século IV e inícios do V ou entre o V e o VI, alertando Gutiérrez González para o facto de “a

Fará sentido perspectivar a Torre enquanto povoado continuamente ocupado durante o período romano e a antiguidade tardia, desempenhando funções portuárias e um papel activo no âmbito de um processo centrífugo de gestão territorial supostamente ocorrido no Noroeste peninsular no decurso dos complexos e heterogéneos processos de transformação e mudança que aparentemente caracterizam a época em foco?

diferença em termos de contexto socioeconómico e a diversa cronologia obrigarem a não considerar este processo de “acastelamento” tardo-antigo como uniforme e homogéneo, para além do mais escassamente conhecido e caracterizado arqueologicamente” (2001: 21).

No que concerne a fontes de natureza arqueológica, López Quiroga (2001: 83) informa-nos da presença de 31 *castros* que apresentam uma continuidade ou uma reocupação nas primeiras décadas do século V – no espaço entre o Cantábrico e entre Minho e Douro. O autor considera que “a distribuição espacial destes *castros* permite observar como a zona costeira entre o Ulla e o Douro juntamente com o sistema montanhoso conhecido como a Dorsal Galega constituem as áreas que apresentam uma maior concentração de ocupações deste tipo para a primeira metade do século V”, constatando o facto de o maior número de achados de *terra sigillata* clara D e de tesouros monetários com exemplares de Arcádio e Honório se encontrarem na zona costeira (2001: 83); precisamente o tipo de evidências materiais que conhecemos na Torre (*solidus* de Honório) e na Marinha Baixa (*terra sigillata* clara D Hayes 91 e 97).

Não obstante o carácter fragmentário da informação disponível (para uma interpretação satisfatória da distribuição

De facto, não dispomos de qualquer tipo de informação material que nos permita estabelecer um intervalo de tempo para o processo de abandono da Torre

espacial), L. Quiroga arrisca-se a algumas reflexões conducentes à consideração da *manutenção do castro como unidade fundamental de povoamento* (2001: 84), *i.e.*, a constatação de uma “ocupação ou reocupação de *castros* anterior à instalação dos suevos em 411 (...) especialmente significativa em torno de Braga, Porto, Tui, Orense, Iria e Lugo. Isto é: as capitais político-administrativas da *Gallaecia* (Braga e Lugo), um núcleo portuário importante e estratégico na desembocadura do Douro (Porto) e outros núcleos posicionados no curso médio-final do Minho (Orense e Tui) ou a entrada na Ria de Arosa (Iria Flavia)” (2001: 84). Tais considerações – a propósito de uma área regional e provincial diversa – colocam-nos a questão da importância estratégica de Cacia, do seu posicionamento costeiro na desembocadura do Vouga, e da sua ligação fluvial a Cabeço do Vouga, povoado fortificado sobranceiro à via *ad Bracara Augusta*. Quiroga alude à zona costeira do Noroeste como um “âmbito espacial extremamente ligado a uma forte actividade comercial de importação durante toda a Antiguidade Tardia que não se interrompe nem se contrai com a instalação e chegada dos suevos”, – destacando a presença em núcleos deste espaço de *TS* clara D – e supondo a existência de “razões de tipo geo-económico para a ocupação ou reocupação dos antigos *castros*, uma vez que estes contribuiriam para manter⁶ e, sobretudo, proteger a intensa actividade comercial que se observa durante este período por meio de uma série de sítios

fortificados de altura localizados em antigos *castros* com relação com os eixos principais da rede viária e hidrográfica” (2001: 84). Os paralelos com a Torre, em particular, e genericamente as suas implicações com o Baixo Vouga parecem, ainda que hipoteticamente, susceptíveis de uma extensão regional do modelo de Quiroga para o Entre Douro e Vouga Litoral.

Em 1958, Dulce Souto escrevia a propósito do “chamado castro de Cacia”: “Não há dúvida de que o cabeço onde foi outrora o Lugar da Torre, a poente da Igreja de S. Julião, tem uma configuração que bem nos permitia integrá-lo no número de *castros* do litoral, pois aproveita de boa posição natural para a defesa” (Alves Souto; 1958: 18). Arriscando-nos a incorrer nesse velho pecado da arqueologia portuguesa de *baralhar e dar de novo*, diríamos hoje que o povoado da Torre *tem uma configuração que bem nos permitia integrá-lo no número de castros (re)ocupados no decurso da antiguidade tardia*.

5. Considerações finais

De facto, não dispomos de qualquer tipo de informação material que nos permita estabelecer um intervalo de tempo para o processo de abandono da Torre. Em 1963, Jorge e Adília Alarcão publicaram, na *Revista de Guimarães* (Alarcão, J., Alarcão, A.: 1963; 381-393), uma colecção de vidros romanos provenientes da Torre, depositados no Museu de Aveiro por Alberto Souto. A cronologia definida para estes 20 fragmentos (19 *taças* e 1 *copo*) incidia maioritariamente no intervalo de tempo compreendido entre os séculos IV e V (para 17 casos); entre a primeira metade do séc. IV e o séc. VI, para 2 das peças representadas; e do séc. IV ao início do séc. VII para um fragmento de *taça*. Posteriormente, a propósito de exemplares da Figueira da Foz, de *Aeminium* e de *Conimbriga*, (1965, 1971, 1976), os autores rectificam a classificação proposta e estabelecem o intervalo de tempo de datação destas *taças* para os séculos IV a VI. Será que tais dados nos autorizam a colocar a hipótese da ocorrência de um processo de abandono da Torre, a partir do século VI? Não sabemos.

Conforme afirma António Valera (embora a propósito de outros contextos e de uma outra época), “o abandono de um sítio (...) [pode] nem sempre significar o seu fim enquanto “lugar” activo na organização da comunidade que o habitou ou de outras que com ele conviveram e convivem: o abandono

residencial ou operacional não significa abandono total, nem do sítio e muito menos do espaço local e da paisagem que o integram” (Valera, 2002: neste volume); consideração que nos remete para a constatação do corógrafo quinhentista Gaspar Barreiros: “N’a qual *villa* & igreja de Sanct. Juliã nas ribeiras de Vouga situadas, se acham vestígios antigos. / . os fundamentos da huma torre que na memoria⁷ dos homens inda stava quasi inteira (...)”⁸. Interessante será notar que o outeiro da Torre tem sido um lugar *privilegiado* na recuperação de materiais de construção ao longo do tempo: dado atestado não só nas últimas obras de reparação da Igreja de São Julião, como pelo facto de o local ter funcionado como saibreira na primeira metade do século XX.

A título de conclusão, diríamos que o conjunto de questões, dúvidas e hipóteses de trabalho de que este texto se encontra eivado entroncam no questionário subjacente ao projecto por nós apresentado, a propósito do *Povoado de Cacia*, no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos. Resta, porém, saber se poderão os dados arqueológicos responder a todas as questões da nossa agenda...

Lisboa, Dezembro de 2002

⁵ Note-se que, conforme afirma Maciel, “todo o país nos revela tesouros numismáticos do século IV”, (Maciel, 1996: 44).

⁶ Sublinhado nosso.

⁷ Sublinhado nosso.

⁸ Chorographia de alguns Lugares que stam em hum caminho, que fez Gaspar Barreiros ó anno de M. D. xxxvj. Começado na cidade de Badajoz em Castella, te á de Milam em Italia, cõ alguas outras obras (...), apud ROCHA MADAHÍL (1943: 232-233).

Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1971), "Mais algumas pequenas colecções de vidros romanos." Conimbriga, 10, pp. 25-43.
- ALARCÃO, J. (1988a), Roman Portugal; Vol. II, Warminster, Aris & Phillips.
- ALARCÃO, J. (1988b), O Domínio Romano em Portugal. Lisboa, Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, J., ALARCÃO, A. (1963), "Quatro pequenas colecções de vidros romanos", Revista de Guimarães, 73: 3-4, pp. 367-395.
- ALARCÃO, J., ALARCÃO, A. (1965), Vidros romanos de Conimbriga, Coimbra, Museu Monográfico de Conimbriga.
- ALMEIDA, A. J. (1986), "Forno Cerâmico de Eixo", Boletim Municipal de Aveiro, n.º7, pp. 25-26.
- ALVEIRINHO DIAS, J., RODRIGUES, A., MAGALHÃES, F. (1997), "Evolução da linha de costa, em Portugal, desde o último Máximo Glaciário até à actualidade: síntese dos conhecimentos", Estudos do Quaternário, 1, Lisboa, APEQ, pp. 53-66.
- ALVES SOUTO, D. (1958), "Subsídios para uma carta arqueológica do distrito de Aveiro no período de romanização" (separata); Arquivo do Distrito de Aveiro, XXIV.
- ARAÚJO, Maria Assunção (2000), "A evolução do litoral em tempos históricos: a contribuição da Geografia Física", O litoral em perspectiva histórica (séc. XVI-XVIII), FLUP, 6-7 Nov. 2000.
- BROCHADO DE ALMEIDA, C. A., FERNANDES, F. R. C. (2001), Carta arqueológica do Concelho de Aveiro, CMA, Aveiro.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA (s.d.), Estação Arqueológica de Cabeço do Vouga. Um olhar sobre o passado feito presente, CMA.
- CAMERON, C., TOMKA, S., ed. (1993), Abandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological and archaeological approaches, CUP.
- CARDOSO, José, vers. e anot. (1982), IDÁCIO, Crónica. Braga, Universidade do Minho.
- COSTA PEREIRA (1988), "As invasões bárbaras e o reino suevo", História de Portugal, Ed. Alfa.
- DOMERGUE, Claude (1990), Les mines de la Peninsule Ibérique dans l'antiquité romaine. École Française de Rome Palais Farnèse.
- FABIÃO, C. (1992), História de Portugal, Mattoso, J., dir., vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores.
- FABIÃO, C. (1996), "O comércio do produtos da Lusitânia transportados em ânforas no Baixo Império", Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado. Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e Sado. Lisboa, CM do Seixal, Publicações Dom Quixote.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. (2001), "La fortificación pre-feudal en el norte peninsular: castros y recintos campesinos en la Alta Edad Media", Mil Anos de Fortificaciones na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa, CM de Palmela, Ed. Colibri.
- HAYES, J. W. (1972), Late roman pottery, London, The British School at Rome.
- Istituto della Enciclopedia Italiana (1981), "Atlante della forme ceramiche. Ceramica fine romana nel bacino mediterraneo (medio e tardo imperio". Enciclopedia dell'arte antica classica e orientale, Roma, pp. 78-112.
- ISINGS, C. (1957), Roman glass from dated finds, Gröningen, D.B. Wolters.
- JORGE, Ana Maria C. M. (2000), L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité Tardive (III-VII siècles). Trabalhos de Arqueologia, n.º 21, Lisboa, IPA.
- LÓPEZ QUIROGA, J. (2001), "Fluctuaciones del poblamiento y habitat "fortificado" de altura en el noroeste de la Peninsula Iberica (ss. V-IX)", Mil Anos de Fortificaciones na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa, CM de Palmela, Ed. Colibri.
- MACIEL, Justino (1996), Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal, Ed. de autor.
- MADAHIL, A. G. R., (1941) "Estação Luso-Romana do Cabeço do Vouga", Arquivo do Distrito de Aveiro, pp. 227-251 e 313-369.
- MANTAS, Vasco (1990), "As cidades marítimas da Lusitânia", Les villes de Lusitanie romaine, Paris CNRS, p. 148-205.
- FARMHOUSE ALBERTO, P., FURTADO, R. ed. (2000), ORÓSIO, História Apologética. O livro 7 das Histórias contra os Pagãos. Ed. Colibri.
- PEREIRA, F. Alves (1907), "Situação conjectural de Talábriga"; O Archeólogo Português, Vol. XII, p. 129.
- PINTO, L. (2002), "Três mil moedas de cobre romanas foram encontradas em Arouca", Cultura.
- QUARESMA, J. C. (1999) "Terra sigillata africana, hispânica, foceense tardia e cerâmica africana de cozinha de Mirobriga (Santiago do Cacém)", Conimbriga, 38, pp. 137-200.
- SAA, Mário (1960), As grandes vias da Lusitânia. Lisboa.
- SARABANDO, João (1976), "Numisma com a efigie de Honório. Contributo para o estudo da presença romana em Cacia"; Aveiro e o seu Distrito, Aveiro, n.º 23, p. 36.
- SARRAZOLA, A. (no prelo), "Marinha Baixa (Cacia). Contributo para a história regional-local da região do Baixo Vouga", ADERAVE; n.º 2.
- SARRAZOLA, A., BORGES-COELHO, M. (2000), Relatório dos trabalhos arqueológicos. Marinha Baixa / E.E.I.G. 1 (Cacia), ERA, [texto policop.].
- SARRAZOLA, A., MENDES DA SILVA, I., MELRO, S. (2001), Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Intervenção Arqueológica de Emergência. Marinha Baixa/ EEIG1 (Cacia). Segunda campanha (Sondagens 4 e 5), ERA, [texto policop.].
- SARRAZOLA, A., BORGES COELHO, M. MENDES DA SILVA, I., MELRO, S. (2001), "Intervenções arqueológicas na Marinha Baixa (Cacia/ Aveiro). Resultados preliminares", Era, n.º 3, Lisboa, Ed. Colibri, pp. 24-40.
- SILVA, A. F. P. (1997), "Recuperação e valorização do forno romano de Eixo. Memória descritiva", Boletim Municipal Cultura e Património, Dezembro, Aveiro.
- SILVA, A. M. S. P. (1993), "Ocupação proto-histórica e Romana no Entre-Douro-e-Vouga Litoral: Breve balanço de uma investigação em curso"; Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 33 (3/4), Porto, SPAE, pp. 427-443.
- SILVA, A. M. S. P. (1994), Proto-história e romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, Porto, pp. 24, 45-46.
- SILVA, A. M. S. P. (1993-1997), "Achados numismáticos romanos do Entre Douro e Vouga Litoral. Contributo para um inventário crítico." Nvmmvs, 2.ª S., XVI/XX, Porto, SPN, pp. 205-230.
- SOUTO, A. (1923),. Origens da Ria de Aveiro. Subsídio para o estudo do problema; Aveiro: pp. 127-165.
- SOUTO, A. (1930),. A Estação Arqueológica de Cacia; Aveiro.
- SOUTO, A. (1942),. "Romanização do Baixo Vouga. (novo "opidum" na zona de Talábriga)", TAE, Vol. IX, p. 283 ss.
- SWAN, Vivien (1984), The pottery kilns of Roman Britan, supplementary series 5, Royal Commission on Historical Monuments.
- VALERA, António Carlos (2002), "Mobilidade estratégica e prolongamento simbólico: problemáticas do abandono no povoamento calcólico do ocidente peninsular", Era, n.º 5, Lisboa, Ed. Colibri.
- VILELLA MASANA, J. (1990), "Le transport maritime de voyageurs et de correspondance entre l'Espagne et l'extérieur pendant l'Antiquité Tardive", Pact, 27, pp. 57-62.